O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

FUTURO SUSTENTÁVEL DOS COMBUSTÍVEIS NO BRASIL

A DESVALORIZAÇÃO do real tornou-se um dos principais pontos de atenção na economia brasileira, com a moeda chegando próxima a R$ 6,00/US$ no momento do fechamento desta edição da ***Agroanalysis***. As explicações passam pela possibilidade de uma vitória de Donald Trump na eleição norte-americana, o que gera uma valorização dos ativos atrelados ao dólar. Internamente, o cenário de incerteza fiscal no Brasil intensifica a questão. A ausência de definições concretas sobre o pacote de cortes de despesas e a percepção de um risco fiscal crescente deixam os investidores apreensivos, favorecendo a busca por ativos mais seguros. Vale notar que, apesar de todos esses fatores, o nível de reservas internacionais do Brasil é muito alto e o déficit em conta corrente é financiado com folga pelos investimentos diretos. Por isso, essa escalada do dólar somente explica-se por uma total descrença dos agentes econômicos no controle da inflação brasileira. Os próximos dias serão eletrizantes, com a decisão da eleição norte-americana e o anúncio do corte de gastos por aqui.

A inflação de alimentos tem sido outro desafio crescente no Brasil, impulsionada por fatores climáticos e, recentemente, pressões internas do mercado pecuário. Após um ano em que secas e altas temperaturas elevaram os preços de produtos como arroz, café e laranja, o próximo ciclo a impactar o custo dos alimentos será o da pecuária. Em 2025, espera-se que a oferta limitada de bovinos, junto à alta demanda interna e às exportações para mercados como o chinês, pressione os preços das carnes, tornando o churrasco mais caro para os brasileiros. Apesar desse cenário, o Banco Central do Brasil (BCB) não deveria aumentar a taxa básica de juros (Selic), pois essa inflação de alimentos é atribuída a choques exógenos e temporários, que não se espalham para outros setores da economia. Infelizmente, não será esse o cenário, pois o BCB deve continuar elevando a Selic, o que aumenta o déficit fiscal pelo lado dos juros e segura o crescimento da economia.

Como mencionado, essa pressão de alta nos preços também reflete um movimento de valorização no mercado de boi gordo, que, após um longo período de quedas consecutivas, começa a mostrar sinais de recuperação. Desde agosto último, o preço da arroba registrou uma valorização significativa, impulsionado pela demanda crescente e pela desaceleração no abate de fêmeas. Esses fatores, aliados às exportações aquecidas, especialmente para a China, indicam um novo ciclo de valorização na pecuária brasileira. Para os produtores, este momento exige cautela na gestão de caixa e uma visão estratégica de longo prazo. Mesmo com a perspectiva de ganhos, é importante lembrar que o mercado de boi gordo é cíclico e sujeito a variações, reforçando-se a necessidade de um planejamento cuidadoso.

Em paralelo, o Brasil deu um passo importante na direção da sustentabilidade com a sanção da Lei do Combustível do Futuro, que visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) em diferentes setores da economia. Para a análise das emissões de GEE dos veículos, essa nova legislação passa a considerar o ciclo de vida completo das emissões, desde a produção até o descarte de veículos e seus componentes, o que é conhecido como ciclo "berço ao túmulo". Com isso, a lei reforça o papel do etanol como uma alternativa de baixo carbono frente aos veículos híbridos a gasolina. Para ilustrar essa vantagem, um dos artigos desta edição da ***Agroanalysis*** compara as emissões de dois tipos de veículos: enquanto o veículo híbrido apresenta uma emissão de 81,4 gramas de gás carbônico equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km), o veículo a etanol emite apenas 30,8 g CO_2 eq./km.

Ao favorecer o etanol como uma alternativa menos poluente em comparação a veículos híbridos a gasolina e ao introduzir incentivos para biocombustíveis como o biometano e o combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), o Brasil consolida a sua posição como um protagonista em bioenergia. Esse compromisso não só fortalece o setor de energia renovável, mas também atrai novos investimentos e estimula a inovação no País.

No entanto, enquanto o Brasil avança na questão ambiental com iniciativas sustentáveis, também enfrenta um desafio crescente com os incêndios florestais. Recentemente, uma devastadora onda de incêndios causou grandes danos aos ecossistemas e gerou prejuízos econômicos e ambientais. Em resposta, o governo federal instituiu a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que visa promover a colaboração entre diversas instituições no combate aos incêndios. Além disso, medidas como o aumento de multas e penalidades para infrações relacionadas ao uso de fogo refletem uma abordagem mais rigorosa. Contudo, o sucesso dessas ações dependerá de investimentos robustos e uma estrutura sólida de fiscalização e prevenção, essenciais para mitigar o problema de forma eficaz e duradoura. É preciso uma punição mais severa para quem comete crimes contra o meio ambiente! ■